



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de abertura da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**

Brasília - DF, 15 de abril de 2008

Senhor Garibaldi Alves, presidente do Senado Federal,
Senhor Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,
Cumprimentando o Garibaldi e o Arlindo, eu quero cumprimentar todos
os senadores e deputados aqui presentes,

Companheiros e companheiras,

Ministros e ministras de Estado,

Companheiros governadores aqui presentes,

Meu caro Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos
Municípios,

Senhor João Paulo Lima, presidente da Frente Nacional de Prefeitos,

Senhor Antônio Francisco de Lima Neto, presidente do Banco do Brasil,

Senhora Maria Fernanda, presidente da Caixa Econômica Federal,

Companheiros e companheiras prefeitos aqui presentes,

Vereadores,

Secretários,

Jornalistas e convidados que estão presentes a este ato.

Duas coisas eu quero falar para vocês antes de começar a ler o meu pronunciamento. A primeira é que é uma alegria imensa, quando muitos prefeitos e prefeitas que estão aqui estarão terminando o seu primeiro ou o seu segundo mandato. Alguns, certamente, não poderão estar aqui no ano que vem como prefeitos porque não poderão concorrer mais, porque já completaram oito anos. Outros que estão aqui, certamente muitos serão candidatos à reeleição, uns estarão aqui, outros possivelmente não. Gente nova que está à espreita, esperando o cargo de vocês para disputar,



certamente pensa em já estar aqui na próxima. Eu quero dizer para vocês que foi uma alegria extraordinária para mim, nesses quatro anos, conviver com vocês.

Eu penso que, mais do que um ato com 4 ou 5 mil prefeitos, o que nós estamos vivendo aqui, meus companheiros das entidades representativas dos prefeitos, é a consolidação de uma nova lógica na relação do Estado com a sociedade e uma nova lógica na relação entre os entes federados. Eu penso que depois que terminar o nosso mandato, Paulo, qualquer que seja o presidente que vier a governar este País, vai se dar conta de que o prefeito nada mais é do que uma extensão, na base deste País, do papel que exerce o presidente da República e não um adversário, um inimigo. Normalmente as pessoas não participavam, antes, com medo de serem vaiadas, com medo de serem cobradas, e todos nós que entramos na política sabemos que tem hora para vaias, hora para aplausos. O que é importante é que todos nós estejamos com a consciência tranqüila do dever cumprido. Se vamos ser compreendidos ou não, é outra história.

Certamente, alguns de vocês eu não verei mais este ano e quem sabe, na próxima Marcha mas, de qualquer forma, quero que vocês saibam que eu aprendi a tratá-los como companheiros e é assim que eu gostaria de ser reconhecido por vocês: alguém que passou pela Presidência da República e que nunca fez uma discriminação a qualquer prefeito, independentemente do partido a que ele pertença, e não farei até o final do meu mandato.

A segunda coisa é um assunto que o presidente do Senado falou aqui, da questão das medidas provisórias. Eu quero apenas lembrar o seguinte: eu fui constituinte e na Constituinte nós discutimos a questão das medidas provisórias. Naquele tempo, todos nós tínhamos um preconceito imenso contra os decretos-leis, possivelmente por conta da quantidade de decretos-leis emitidos pelo governo militar. Vários constituintes, figuras eminentes como o ex-presidente da Suprema Corte, Nelson Jobim, hoje ministro da Defesa,



companheiros como Plínio de Arruda Sampaio, companheiros como o saudoso Mário Covas, vários constituintes mandaram comissões à Itália para extrair da Constituição italiana a medida provisória, que era um instrumento mais democrático para ser utilizado pelo Poder Executivo, até porque seria muito difícil, em qualquer país do mundo, o Poder Executivo não ter um instrumento que pudesse fazer com que as coisas andassem mais ágeis.

Pois bem. Foi aprovada a medida provisória, ela entrou em vigor e foi sendo utilizada e muito questionada. Eu quero dizer para vocês que eu fui um dos que, enquanto não era Presidente da República, questionava muito a utilização de muitas medidas provisórias porque, muitas vezes, não permitiam que os próprios projetos de deputados ou senadores andassem normalmente dentro do Congresso Nacional.

Quero dizer aqui, de público, que da minha parte não há nenhum óbice para que a Câmara e o Senado possam regular o funcionamento das medidas provisórias, da melhor maneira possível. Obviamente que nós trabalhamos sempre com a idéia de que os ministros preferem medidas provisórias, porque as coisas começam a funcionar logo. Obviamente que nós sabemos que os prefeitos preferem que nós mandemos as coisas como medida provisória porque vai rápido. Nós sabemos que os governadores querem que a gente faça como medida provisória. Mas eu acho que entre a vontade de todo mundo, nós precisamos encontrar um ponto de equilíbrio que permita que o Congresso Nacional se sinta confortável e, ao mesmo tempo, o governo possa governar este País. Esse equilíbrio é necessário e eu acho que as conversas que nós temos tido, que ministros meus têm tido... Eu até disse ontem ao José Múcio que iria, Arlindo, convidar você e o presidente Garibaldi para a gente ter uma conversa, quem sabe hoje, para ver se a gente consegue encontrar um denominador comum.

Para mim, se for medida provisória ou projeto de lei, desde que atenda aos interesses nacionais... Eu dizia ontem ao Arlindo: companheiro Arlindo, é



preciso que se tenha em conta o seguinte: mudar a medida provisória sem mudar o regimento das duas Casas, eu não sei se a gente vai ter agilidade, não sei. Eu falei para o Arlindo agora há pouco que eu iria requisitar os discursos que o governador Aécio Neves fez quando era presidente da Câmara, porque foi em 2001 que nós mudamos. As medidas provisórias não trancavam a pauta. Então, o trancamento de pauta deve ter sido uma invenção de quem governava o País até 2003, deve ter sido. Talvez, na época, achando que fosse melhorar. Como eu acredito que essas coisas são assim mesmo, a gente pensa uma coisa teoricamente, coloca em prática e não funciona... Mas eu queria saber qual o argumento que se utilizou para o trancamento de pauta. Me parece que foi em 2001 – eu acho que o Marcelo Déda era deputado –, devem ter achado que o trancamento de pauta seria a salvação da nação. É assim, mas quando as coisas começam a ser praticadas, nem sempre funcionam corretamente.

De qualquer forma, eu quero dizer aos prefeitos, aos presidentes da Câmara e do Senado que da parte do governo federal terão toda a contribuição necessária, se é que a gente pode contribuir, para que as coisas fluam com a maior facilidade e sensatez possível.

Bem, o problema é que eu sempre trago um discurso por escrito e os prefeitos que vêm falar antes de mim falam as coisas que estão escritas aqui. Ou nós copiamos os discursos deles ou eles copiam o meu. Deve ter vazamento de informações neste encontro aqui. De qualquer forma, eu sinto necessidade de dizer algumas palavras para os companheiros. Como eu disse na primeira vez aqui, em 2003, que era bom conversar com os prefeitos, porque os prefeitos sentem na pele, muito mais de perto, aquilo que a gente sente na pele muito mais de longe. Para um cara me xingar é muito difícil, mas para xingar um prefeito é a toda hora. A toda hora, espera na casa do prefeito. Eu me lembro das viagens que eu fazia para o interior, quando eu ia para cidade pequena do interior, às vezes eu dormia na casa do prefeito, acordava



às 6h da manhã e tinha uma fila de 150 pessoas. Graças a Deus, isso está diminuindo, porque os programas sociais têm contribuído para isso diminuir. Mas, certamente, sempre que as pessoas puderem vão à porta do prefeito. É um dinheirinho para uma passagem, para visitar um parente, é um dinheirinho para comprar um remédio não sei onde. Então, quando eu converso com vocês, eu converso com gente que sente o que eu sinto no dia-a-dia deste País, o que sentem os governadores de estados.

Também queria ressaltar, companheiros presidentes das entidades, que há um fato importante na co-relação entre as três entidades que representam os prefeitos. É que vocês aprenderam a conviver de forma civilizada. Ninguém querendo competir com ninguém, ninguém querendo ser melhor do que ninguém, mas todo mundo pensando que se a gente juntar os nossos cacós, a gente vai conseguir resolver parte dos nossos problemas com muito mais facilidade do que se a gente estiver brigando. Porque aí, chegariam aqui os partidários do João Paulo, os partidários do Paulo, os partidários do Zé não sei das quantas, e aí não daria certo. Vocês estão aqui como prefeitos, vão voltar para as suas cidades como prefeitos, com a responsabilidade de dizer se as coisas estão acontecendo ou não estão acontecendo. Falta um ingrediente nesta reunião, companheiro Paulo, companheiro João Paulo, falta um ingrediente. Qual é o ingrediente? É a gente começar a trazer, Marcelo Déda, os governadores para serem cúmplices, conosco, nas políticas que a gente delibera. Aqui, além dessa quantidade de ministros, era para estar o mesmo tanto de governadores, dos 27 governadores, porque no fundo, no fundo, a relação de vocês é mais próxima com eles do que conosco, e se a gente trabalha com uma tríplice aliança administrativa, a gente pode melhorar a vida de todo mundo.

Uma outra coisa, antes de falar o meu discurso aqui, não pensem que eu estou esquecendo dele não, está aqui, e também não admito que ninguém esteja com fome porque todo mundo precisa emagrecer um quilo hoje. Quero



dizer para vocês sobre a questão da dengue. Se alguém disse que eu dei um pito nos prefeitos, esse alguém mentiu. Foi um programa gravado ao vivo, em que eu dizia que era preciso termos os prefeitos como bons cúmplices da nossa política de combate à dengue. Por quê? Porque a dengue se dá no município e pode se tornar uma coisa mais grave do que foi este ano. É importante lembrar que no Brasil... Eu até, Paulo, tinha sugerido ao Padilha que o ministro Temporão fizesse uma apresentação na plenária sobre os dados. Ele vai fazer a apresentação temática, mas na apresentação temática vai ter menos gente.

Na semana passada eu fiz uma reunião com os nove governadores do Nordeste, por conta da enchente, e discuti com os governadores a necessidade de cada governador reunir todos os prefeitos do seu estado, reunir os prefeitos das áreas afetadas pela enchente, chamar os radialistas da região e começar uma campanha antes que o mosquito apareça. Porque nós temos dois momentos de combate à dengue: um é quando o mosquito morde, que nós detectamos a doença. Aí você precisa do médico e do hospital. Mas tem um trabalho que é muito mais importante, que é o de matar o mosquito antes dele matar a gente. E aí eu quero dizer para vocês que não tem meio-termo. Ou nós convencemos cada homem e cada mulher deste País a cuidar do seu quintal e da sua casa, ou todo mundo cuida da sua rua, ou todo mundo cuida do seu bairro, da sua cidade, do seu estado, ou nós estaremos com o vizinho da casa 23 cuidando da casa dele, o da casa 21 não está cuidando da casa dele, e o mosquito da 21 vai morder o cidadão da 23. É um mutirão de conscientização que nós precisamos fazer neste País.

E quero dizer aqui aos prefeitos das áreas que estão alagadas hoje, que é importante começar a cuidar, já. Nós precisamos começar a cuidar, já, do verão do ano que vem. No Brasil nós temos um problema, porque agora começa a fazer frio no Sul e no Sudeste e vai desaparecer um pouco a questão da dengue, e no Nordeste termina a chuva logo, logo. Então, é importante que



haja esse compromisso. Nós temos que responsabilizar cada homem e cada mulher deste País, porque quem sabe como é que está o quintal são eles. Se eles cuidarem, não precisa entrar nenhum bombeiro, nenhum agente de saúde. Nós precisamos fazer mutirão para cuidar da rua, porque todas as crianças nossas brincam na mesma rua. Nós precisamos cuidar do bairro, porque todo mundo brinca no bairro. Então, eu não quero aqui transformar essa coisa de que a responsabilidade é do governo federal, do governo estadual ou do governo municipal. A responsabilidade, na verdade, é de 190 milhões de brasileiros, é de todos os prefeitos, de todos os governadores, do presidente da República e de quem mais estiver nos ouvindo e quiser participar desse mutirão para a gente matar o mosquito antes que ele nos mate.

Eu queria lembrar vocês o seguinte: em alguns países da América do Sul tem o mosquito da dengue número quatro. Nós já estamos no três, no Brasil. Já veio o um, já veio o dois e já veio o três. E cada vez que vem um, ele vai criando novos obstáculos. O quatro é mais difícil. Ainda não entrou no Brasil. Mas pode entrar, porque a América do Sul é toda interligada. Na região Norte do País não tinha dengue, até outro dia. Começou a ter. Então, é importante isso. Não estou transferindo responsabilidade. Eu estou chamando todos os prefeitos deste País a uma ação solidária entre todos os entes federados para que a gente possa, no ano que vem, ter menos problemas do que tivemos este ano. É apenas este comunicado que eu acho importante. E acho importante os prefeitos participarem do debate com o Ministro da Saúde, que está com dados novos, informações novas. Nós vamos entregar para cada estado uma relação da situação do estado, uma relação de cada cidade, quais os prefeitos que cumpriram, quais os que não cumpriram, porque tem cidade em que o prefeito saiu à rua para limpar a cidade, tem outros que não saíram. Tem cidade que tem coleta de lixo, tem gente que não tem coleta de lixo.

Eu me lembro de que o prefeito de Caxias, no Rio de Janeiro, fez uma coleta de lixo, foi na praça central da cidade e colocou lá, para todo mundo ver,



o que a gente joga na rua. E depois fica culpando o prefeito, depois fica culpando não sei quem, quando na verdade, todos nós como cidadãos ou cidadãs temos um pouquinho de culpa. Se cada um fizer a sua parte... vocês vão receber um kit de material, cada professor deste País, cada escola vai receber um kit de como educar as crianças para enfrentar isso. Eu acho que tudo isso, junto, pode permitir que o Brasil crie um verdadeiro exército de homens e mulheres para enfrentar esse inimigo tão minúsculo, mas que causa tanto prejuízo como o mosquito da dengue. Bem, companheiros, dado esse aviso, Temporão, fiz *merchandising* da sua política de combate à dengue, depois você faça bonito aqui.

Uma outra coisa importante, companheiros, dos decretos que eu assinei ali. Eu penso que vocês devem ter noção, como prefeitos, quando vocês tomam uma decisão e pensam que aquela decisão foi executada, e oito meses depois vocês estão em um lugar qualquer, levanta uma mulher e fala: “prefeito, o senhor prometeu tal coisa e não aconteceu”. Vocês olham logo para o lado do cara que você mandou fazer, e o cara abaixa a cabeça, assim. Eu quero dizer para vocês que eu fiquei muito zangado, mas muito mesmo, com a questão do ITR. Porque nós assinamos aqui em 2005 a questão do ITR, foi anunciada aqui, foi discutida, e todos nós sabíamos que era uma oportunidade que a gente estava dando ao próprio País de fazer com que os prefeitos, muito mais interessados cobrassem esse imposto, mas depois deixamos para a regulamentação da nossa querida guardiã da pátria fiscal, a Receita Federal. Colocou tanto obstáculo, que o único prefeito que conseguiu, conseguiu na Justiça fazer um convênio. Por isso é que eu assinei o decreto.

Nós agora vamos ter um comitê com as três entidades, para que determinem as regras pelas quais as pessoas vão contratar. Chegaram até a exigir que tivesse um cara com curso superior para poder cuidar disso. Não que eu não respeite todo mundo com curso superior, viu, Arlindo. Mas se o presidente da República, que governa este País, não tem um curso superior,



porque alguém que vai cobrar fazendeiro tem que ter um curso superior? Por que não vai cobrar corretamente? Não é maldade não, isso faz parte das cartilhas em que todo mundo trabalha. Todo mundo tem uma cartilha na governança federal, um manualzinho: pode fazer, não pode fazer; pode fazer, não pode fazer. Se tiver uma coisa nova no meio ele se perde, porque não está no manual aquela novidade. Isso vale para os estados e certamente vale para os municípios.

Bem, companheiros, ditas as coisas importantes, agora eu vou ler o meu pronunciamento aqui para vocês. Peço paciência, porque o Paulo Ziulkoski disse que o almoço hoje é por conta dele, que prefeito não precisa desembolsar um centavo porque vai ter almoço para todo mundo. Eu preciso dar alguns números para vocês... Muitos desses companheiros que estão sentados aqui atrás construíram a sua história política nas prefeituras do Brasil afora, onde atuaram como técnicos, secretários, e muitos foram prefeitos deste País. Portanto, estamos familiarizados com as dificuldades e as pressões enfrentadas pelas prefeituras, mas também conhecemos muito de perto como um município bem-organizado e bem-administrado consegue resolver os problemas e melhorar a qualidade de vida da população.

Desenvolver ainda mais esse potencial é um dos motivos que nos levaram, desde 2003, a mudar completamente a intensidade e a qualidade das relações entre o governo federal e as prefeituras, a revolucionar a antiga equação federativa que, praticamente, não deixava espaço para prefeitos. A articulação e a sintonia fina entre as prefeituras e o governo federal foram, certamente, as grandes responsáveis pelos muitos avanços que obtivemos juntos nos últimos anos. Conseguimos construir uma relação que aos poucos vai deixando para trás aquela antiga cultura que se limitava aos ganhos políticos individuais.

Não é o prefeito, o governador ou o presidente que ganha quando um programa chega às cidades, quando uma obra é realizada, é o Brasil que



ganha, são os brasileiros e as brasileiras que ganham. E isso tudo só tem sido possível porque em 2003 tomamos a decisão política de criar o Comitê de Articulação Federativa, que é uma mesa de negociação permanente com os municípios e onde os prefeitos e seus representantes têm acesso direto a 19 Ministérios do meu governo.

A Marcha dos Prefeitos, da qual tenho o orgulho de ser o primeiro presidente da República a participar desde o primeiro ano de mandato, tem um papel central nessa nova relação. Aqui, assumimos compromissos e aqui prestamos conta aos prefeitos e prefeitas de todo o Brasil. É importante dizer para vocês, porque o que nós fazemos com vocês, nós fazemos com os trabalhadores rurais deste País. Esta é a semana deles entregarem a pauta para nós. Então, nós recebemos a pauta dos trabalhadores, passamos a pauta para todos os ministros que têm alguma coisa a ver, um tempo depois marcamos uma reunião, dizemos aquilo que atendemos e aquilo que não atendemos. Eles agradecem rapidamente as conquistas, cobram novas coisas para o ano que vem, e assim a democracia vai se consolidando definitivamente. Nós estamos aprendendo que vocês não vêm aqui para cobrar coisas descabidas, e vocês estão aprendendo que o governo não é uma coisa distante de vocês. Nós, na verdade, somos uma mão; os prefeitos fazem parte dessa mão, são os dedos, e os governadores são outros dedos. No meu caso, menos, porque só tenho quatro, então vai faltar um ente federado aqui nesta história. Mas é essa visão, que eu acho importante, que nós estamos criando aqui.

Tem muita gente que fala que o governo está tomando algumas atitudes e não leva em conta a pluralidade política deste País. Eu quero lembrar a vocês o seguinte: o Paulo disse, aqui, *en passant*, gostaram do *en passant*? Isso é para magoar aqueles que têm preconceito contra mim. Há uma evolução estupenda, gente, vocês têm que compreender. Quem falava “menas laranja” e agora fala *en passant*, há uma evolução lingüística extraordinária.



Todo mundo aqui reconhece que houve um aumento de repasse do Fundo de Participação dos Municípios. A desvinculação entre o aumento de um ponto percentual das transferências para o Fundo de Participação dos Municípios e a tramitação da antiga reforma tributária foram anunciados na última Marcha. Em dezembro de 2007, os municípios brasileiros receberam 465 milhões de reais do Fundo, referente aos três últimos meses do ano passado. De acordo com as estimativas, os municípios receberão, em dezembro deste ano 1 bilhão e 700 milhões de reais. Os repasses do FPM já vinham aumentando deste 2003, graças ao crescimento da economia e ao combate à sonegação. Em 2007, o total repassado foi de 34 bilhões e 600 milhões de reais, enquanto em 2003 o repasse foi de 24 bilhões e 200 milhões de reais, ou seja, 10 bilhões de reais a mais que caíram na conta das prefeituras brasileiras.

Quando decidimos, em 2003, repassar direto ao município o salário educação, geramos uma mudança que significou, desde 2004, 7 bilhões e 500 milhões de reais a mais para os municípios. Uma outra decisão de 2003 foi passar para os municípios o auxílio financeiro do fomento às exportações. De 2004 a 2007, os repasses totalizaram 1 bilhão e 600 milhões de reais. Realizamos em 2003 a primeira partilha, com estados e municípios, de uma contribuição arrecadada pela União, a Cide. Pois bem, isso garantiu mais 1 bilhão e 600 milhões para os municípios, de 2004 a 2007. Além de repassar mais recursos, passamos a estimular a capacidade tributária própria dos municípios. A nova lei do ISS possibilitou um acréscimo de 42,38% do volume arrecadado pelos municípios entre 2003 e 2006, saltando, em valores corrigidos pelo IPCA, de 10 bilhões e 765 milhões de reais em 2006, para 15 bilhões e 327 milhões de reais em 2007.

Aumentamos os investimentos para saneamento e habitação de interesse social nos municípios. O PAC reservou 4 bilhões de reais para cada uma dessas áreas até 2010. Ações voltadas para pequenos municípios: PAC-



Funasa, Territórios da Cidadania e Luz para Todos. Eu quero que os prefeitos prestem atenção nessa coisa chamada “Territórios da Cidadania”. No total, vão ser 120 territórios no Brasil inteiro, mas nós vamos começar com 60 territórios, atendendo quase 900 municípios, e a escolha é sempre tentar pegar os municípios que tenham mais problemas. Para que os municípios tenham capacidade de elaboração e execução de projetos, criamos um instrumento que permite às prefeituras organizarem ações conjuntas através de consórcios públicos. Isso fortalece a lógica da cooperação, em vez da disputa e da competição entre os municípios.

Quero lembrar aqui alguns números que comprovam, sem margem de dúvidas, como estamos destinando os recursos federais aos municípios, sem qualquer distinção partidária. São 5.048 municípios com obras em andamento, contratadas pela Caixa Econômica Federal, envolvendo programas de vários Ministérios: São 4.842 municípios com obras do programa Luz para Todos; são 1.987 municípios, muitos com contratos já assinados, que receberão recursos do PAC/Habitação; são 724 municípios com recursos do PAC/Saneamento; são 2.023 municípios beneficiados com recursos do PAC/Funasa. E mais, em novembro de 2003, somente 4% dos municípios, ou seja, 226 municípios, atendiam 75% das pessoas que tinham direito ao Bolsa Família. Em dezembro deste ano, em vez de ser apenas 4% dos municípios, 90,1% dos municípios, ou seja, 5.018 municípios já tinham alcançado o patamar acima de 75% das pessoas pobres do seu município.

Essas coisas todas só foram possíveis porque o Congresso Nacional aprovou coisas do PAC quase em regime de urgência, só foi possível porque coisas da educação foram aprovadas em regime de urgência. Estou dizendo aqui o reconhecimento de que quase todas as coisas da educação que nós mandamos, do PAC e outras coisas importantes, a Câmara votou, e votou junto com o Senado com muita rapidez. Portanto, eu quero agradecer ao Congresso Nacional pela ligeireza com que atendeu a demanda que, no fundo, no fundo,



era uma demanda quase das prefeituras.

A articulação e a sintonia fina entre as prefeituras e o governo federal foram, certamente, as grandes responsáveis por muitos avanços que obtivemos – eu estou lendo aqui o começo do discurso, outra vez –, muito papel é assim mesmo. Bem, companheiros, eu já falei do ITR, não vou tocar mais nesse negócio do ITR porque eu quero definir, de uma vez por todas, que nós não vamos voltar a tocar nesse assunto aqui, porque o comitê formado pelas três entidades e pelo Ministério da Fazenda, vai resolver o problema e não permitir que a Receita possa... A Receita não faz por maldade, ela também cumpre ritos, cumpre normas. Então, é importante que a gente apenas venha a agilizar isso.

Provias, isso aqui é importante. Em 2006 anunciei o Programa de Intervenções Viárias, o Provias, com o objetivo de financiar a aquisição de máquinas e equipamentos para a abertura de ruas e estradas vicinais. Pois bem, o Programa foi criado com recursos de 300 milhões de reais e, no final de 2007, esses recursos foram completamente utilizados. Conforme anunciamos, estamos colocando mais recursos no Programa operado pelo BNDES. Serão mais 500 milhões de reais e aqueles municípios que já estavam habilitados e não puderam contratar, terão prioridade. Aqui, um aviso do governo aos navegantes, Geddel, BNDES e ministros: é importante que a gente leve em conta que teve enchente em muitos estados e a gente precisa priorizar, na aquisição das máquinas, os municípios que foram vítimas de enchentes e precisam das máquinas. Senão, a gente vai cumprir e atender aquele que entrou na fila no ano passado, mas que hoje está em uma situação melhor do que um que teve enchente. Então, apenas para que a gente, Márcio, tente mudar essa questão para facilitar a vida das pessoas.

Banda Larga. Aqui, eu confesso para vocês que eu fiquei meio deprimido. Nós fizemos um anúncio na semana passada, que foi possivelmente uma das coisas mais importantes que nós anunciamos neste País. Nós



estaremos levando banda larga para atender 37 milhões de estudantes do ensino fundamental, em 55 mil escolas públicas urbanas deste País. Foi um acordo feito com muito esforço e vamos atender 20 milhões este ano, 20 milhões no ano que vem e o restante em 2010. E pasmem, isso não mereceu uma nota da imprensa que cobriu o evento, o que chamou a atenção foi eu ter pedido para a Dilma Rousseff sorrir. Isso demonstra que nem sempre as coisas importantes são percebidas com mais força do que uma coisa irrelevante, isso fica demonstrado. Mas esse é um dos sonhos que nós construímos, porque nós partimos do pressuposto que o filho do pobre, neste País, tem que ter acesso àquilo que até então, só alguns privilegiados das grandes capitais brasileiras tinham acesso: poder viajar mais rapidamente pela internet. Nós agora queremos que o filho da empregada doméstica viaje na internet, viaje na sua escola, para ser tratado como cidadão de primeira qualidade.

A última coisa que eu queria falar com vocês, companheiros, é sobre o transporte escolar. Em 2003, definimos que cada ente federativo – estado e município – ficaria responsável pelo transporte dos alunos matriculados na sua rede escolar e receberia recursos proporcionais do governo federal. Mas por várias razões, companheiro Marcelo Déda – eu não sei, eu não estou dizendo isso meu filho – eu também não estou querendo fazer crítica a ninguém, eu estou apenas querendo constatar que, por várias razões, alguns estados não têm podido cumprir a lei e o município acaba arcando com custos que não são seus. Para reparar isso, nós estamos encaminhando para o Arlindo Chinaglia e para o presidente Garibaldi um projeto de lei, de preferência em regime de urgência, Arlindo, urgência constitucional, que contará com os seguintes pontos: exigir um convênio de cooperação entre estados e municípios, a fim de definir os critérios dessa prestação de serviços; exigir que esse convênio de cooperação tenha que ser com todos os municípios do estado, sem distinção, para a gente evitar que, por alguma razão, alguém queira fazer convênio somente com os seus amigos; criar um grupo de trabalho permanente no



Ministério da Educação, com a participação das três entidades representativas dos prefeitos, dos municípios e também dos governadores dos estados.

O objetivo desse grupo é publicar, anualmente, um valor de referência para o custo/aluno, levando em consideração características regionais como a extensão territorial, o tipo de transporte e as condições das estradas, entre outros problemas que esse grupo investigar. Definir que se o estado não fizer o convênio de cooperação com a prefeitura, o recurso do transporte escolar rural que hoje nós passamos ao estado será repassado diretamente para o município.

Isso aqui é uma outra coisa importante para os prefeitos: simplificação dos convênios. A portaria interministerial que a Controladoria-Geral da União e os Ministérios do Planejamento e da Fazenda assinarão substituirá, definitivamente, a Instrução Normativa nº 1 da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa instrução regula como deveriam ser feitos os convênios e contratos de repasse entre o governo federal e os municípios. Com a nova portaria, acabaremos com uma série de restrições que dificultam o repasse de recursos para o município. Cada vez que o município assinar um convênio com o governo federal, por exemplo, o prefeito é obrigado a sair da sua cidade para retirar as tais certidões negativas da Receita ou da Previdência. Vamos acabar com isso. A prefeitura só precisará se habilitar uma única vez no Portal de Convênios do governo federal quando pleitear acesso aos programas federais. A partir daí, será responsabilidade do próprio governo federal atualizar a informação sobre o município. Esse Portal único será um instrumento importante para facilitar o acesso das prefeituras aos recursos federais, padronizará os procedimentos, bem como os documentos e formulários exigidos pelos Ministérios e acabará com essa situação de cada Ministro ou cada Ministério exigir um documento e um formulário diferente para o mesmo objetivo. O Portal permitirá, se o prefeito assim preferir, que tudo seja feito pela internet: habilitação, contratação, prestação de contas e até assinatura digital.



Se o prefeito quiser, não terá mais que sair da sua cidade só para assinar documentos. Mas eu sei que, de vez em quando, é importante vir a Brasília também. Afinal de contas, conversar com deputados, senadores e Ministérios às vezes vale mais do que uma querela por dinheiro. Isso também permitirá que todo o processo fique mais transparente, que toda a sociedade possa acompanhar e fiscalizar a execução dos convênios.

Isso aqui é muito importante, companheiros. Eu, às vezes, fico pensando o que vocês sofrem. Eu, que sou presidente, sofro. Vocês sabem quando a gente toma uma decisão numa reunião interministerial, aí passa um mês, passam dois meses, eu chama a Dilma e falo: “Dilma, tudo daquela reunião está concluído? “Está, não, Presidente. O Geddel está criando caso”. “Não, Presidente, o Ministro da Educação não concorda”. E eu falo: espera aí, meu Deus do céu, mas se eu já decidi, porque ele não concorda? “Ah, mas tem que ajustar”. Toca eu a chamar os ministros outra vez e tomar decisão. Às vezes por quê? Às vezes, porque o processo chegou numa repartição pública e naquela repartição o funcionário entendeu, pelas normas que regulam a sua atividade, que aquilo não pode ser feito. Então, eu fico imaginando a quantidade de papéis. Vocês vão no Ministério da Previdência, o Marinho pede um monte de papéis para vocês. Aí vocês cumprem. Vocês vão no Planejamento e o Paulo Bernardo pede outro monte de papéis. Sabe quantos são? São mil e 20 coisas que vocês têm que prestar contas. É quase como se fossem 1.120 perguntas, coisas que vocês têm que responder. Isso nós vamos reduzir para 10%. Ao invés de 1.120, quem sabe, no máximo 100 ou 102 perguntas. E que isso valha para todos os outros Ministérios. Hoje não vale porque o governo não conversa entre si para tratar desses assuntos. Por isso, nós vamos mudar para melhorar a vida dos companheiros.

Bem, eu ia falar de uma agenda aqui, que eu vou deixar para vocês falarem durante o congresso, porque senão não vai precisar mais os meus ministros participarem se eu for dizer tudo o que eles estão falando aqui. Nós



vamos cuidar, inclusive, desse dinheiro. Eu não fiz gestão, aqui... O Provias, eu quero dizer, para não ser um plagiador, que essa proposta do Provias não é minha, foi do deputado Milton Monte, de São Paulo, que fez a primeira vez, e eu, então, incluí.

Eu quero terminar, companheiros, dizendo para vocês o seguinte, eu só estou vendo se tem alguma coisa importante que eu não falei para vocês. A reforma tributária, o João Paulo falou, o Paulo falou, o Zé do Carmo não falou, mas pensou. Então, eu queria que vocês prestassem atenção: gente, pelo amor de Deus, vamos dar a este País uma política tributária decente. Certamente não é a que nós mandamos para o Congresso, mas que façamos alguma. O que não pode é essa coisa... Eu vou dizer para vocês aqui no final, tem uma coisa boa para dizer para vocês no final, que eu guardei aqui, senão não teria sentido encerrar sem falar uma coisa boa para vocês. O que nós queremos com a política tributária é melhorar este País. Certamente ninguém vai atender ao interesse de 6 mil municípios, ninguém vai atender ao interesse de 27 governadores, muito menos de 513 deputados, 81 senadores, de todos os ministros aqui presentes. Sempre haverá alguns que têm discordância de alguma coisa. Mesmo quando a gente está em família, vendo um jogo de televisão, todo mundo torcendo pelo mesmo time, a gente ainda tem disputa, se foi pênalti ou se não foi, se o juiz roubou ou não roubou. Imaginem na política tributária, que vai mexer no bolso de todo mundo e, sobretudo, nos cofres de todo mundo. Mas o que nós queremos, na verdade? O que nós queremos, companheiros, eu estou certo de que a proposta final representará um ganho importante para os municípios e eu queria dizer para vocês por que eu acredito nisso. A nossa proposta é partilhar, ou melhor, repartir todos os tributos federais com estados e municípios: o PIS, a Cofins, a CSLL, além da Cide, do Imposto de Renda, do IPI e do salário educação. Nós precisamos acabar com essa história de o governo federal criar imposto para a sua arrecadação exclusiva. E a partir de agora, se a alíquota abaixar para um ente



federativo, abaixará para todos. Seu aumentar para um, aumentará para todos. Queremos também mudar a distribuição do ICMS no interior dos estados. Não podemos mais conviver com a realidade em que alguns poucos municípios chegam a receber até 130 vezes mais recursos *per capita* do ICMS, em comparação com outro município do mesmo estado. Então, é preciso fazer justiça. Por isso, estamos propondo a retirada, da Constituição, do critério de partilha injusto que existe hoje. Uma fórmula de distribuição do ICMS será então proposta, em acordo com as entidades, por meio de lei complementar.

Meus companheiros e companheiras,

Chega, eu ia falar da transição aqui, não vou falar porque alguém vai falar para vocês. Mas eu quero dizer para vocês o seguinte: Eu vou ter com vocês mais dois encontros. Eu vou ter agora o encontro de março de 2009, que já é no ano que vem, e depois eu vou ter o último encontro com vocês, como presidente, em 2010. Eu quero falar, do fundo da minha alma, para vocês. Se algum dia, algum governante deste País não quis receber prefeitos porque achava que os prefeitos incomodavam, eu quero dizer para vocês que eu sou grato por esta relação que nós construímos com as prefeituras do Brasil, porque as políticas públicas do governo federal não chegariam ao povo deste País se não fosse pela mão das prefeituras deste País. A prova é o Bolsa Família, em que quem escolhe e quem mapeia quem tem direito são os companheiros, não é o presidente da República e nenhum ministro. Quem dá o cartão é a Caixa, e eu nem sei. Então, essa coisa que chega diretamente, se não fossem vocês, a gente não conseguiria fazer.

Portanto, eu quero terminar dizendo para vocês o seguinte: estejam certos, companheiros representantes das entidades, de que essa forma leal e companheira que nós conseguimos construir ao longo desses últimos cinco anos precisa continuar, não apenas no meu governo. É preciso continuar, por muito tempo, para que a gente possa estabelecer como política definitiva do Estado brasileiro, a firme convicção, colocada em todas as leis deste País, de



que não é possível, de Brasília, governar uma cidade do interior deste País; de que não é possível, da capital do estado, o governador cuidar da cidadezinha do interior; de que é preciso essa relação de confiança, porque a gente não está passando o dinheiro para o prefeito, a gente está passando o dinheiro para o povo daquela cidade. E a gente não quer saber de que partido ele é, para quem ele torce, que religião ele freqüenta, eu não quero saber. Eu quero saber se o povo daquela cidade precisa. Se precisar, nós temos que fazer. Eu tenho certeza de que nesses últimos dois anos nós vamos construir o que falta construir, para que o município nunca mais tenha que vir a Brasília, ou mesmo ao estado, como se fosse um pedinte de pequenas causas, para os governantes deste País.

Um grande abraço, boa sorte e que Deus abençoe todos vocês neste encontro.

(\$211A)